

# GOVERNANÇA COMO UM INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DO VALE HISTÓRICO-SP

Turismo e patrimônio

Miriam Francisca Rodrigues Couto

UFABC

couto.mfr@gmail.com

## Resumo

O Vale Histórico é um circuito turístico entre os municípios de Arapeí, Areias, Bananal, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras., situados no extremo leste de São Paulo. Para compreender as mudanças que vem sendo propostas ao desenvolvimento econômico da região, é preciso articulá-la à produção do Vale Histórico que, por sua vez, como vou demonstrar, emerge no âmbito das políticas nacionais e estaduais mais amplas voltadas à dinamização do turismo no Brasil. Neste trabalho será abordada a evolução das políticas públicas do turismo no Brasil analisando em qual momento se constitui o Vale Histórico, e como foi esse processo. Entendendo que foi adotado um modelo de governança, como um instrumento que tem o objetivo da construção compartilhada do desenvolvimento de um território, e que provoca a inclusão de um processo de ajuste social regional que possibilita regular a dinâmica entre os atores que promovem a região com o desenvolvimento de projetos de apoio interinstitucional em busca da resolução de conflitos territoriais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arranjo sócio-institucional, circuito turístico, governança, Vale Histórico.

## Introdução

Atualmente o tema “governança” reflete mudanças estruturais associadas à decadência da eficácia do modelo moderno e racionalista de Estado. Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre teorias a propósito do desenvolvimento territorial por meio da governança e descentralização territorial. Portanto, o estudo concentra-se a partir da década de 80 do século passado, quando se iniciaram em diversos países reformas administrativas. O termo governança foi utilizado pela primeira vez em 1937 por Ronald Coase no sentido de expressar uma condição administrativa de empresas, conforme descreveu Dallabrida (2011), sendo que o autor ainda complementa que o termo deixou de ser usado logo na sequência, mas tornou a aparecer na década de 1970, em seguida sendo adotado também para análises territoriais.

Este artigo aborda questões sobre a governança como um modo de organização política e a evolução das políticas públicas do turismo no Brasil analisando em qual momento se constitui o Vale Histórico, e como foi esse processo. Essa escolha justifica-se pelo turismo, ter iniciado na região como atividade marginal, uma tentativa de complementar renda ou salvar áreas herdadas, basicamente oferecendo os quartos vazios para viajantes ou visitantes. No entanto, quando o

turismo foi reconhecido, por meio dos órgãos e políticas oficiais, como uma nova possibilidade de desenvolvimento econômico ou ciclo econômico na região, foi tirado desta condição "*marginal*", pelo menos em termos ideais, em relação à atividade agropecuária, e passou a se apresentar como a "*salvação*" das cidades empobrecidas, por meio do qual seria possível estimular o comércio e empregar a população em uma nova atividade. Essa idealização do que deve ser o futuro das cidades empobrecidas, calcada no turismo, opôs comunidades de interesses, dentre eles o setor público, o comércio, os fazendeiros, o forasteiro, os herdeiros, categorias por mim criadas para dar a dimensão das disputas em torno da implantação da atividade turística na região.

A elaboração dessa pesquisa utilizou como fonte primária os dados estatísticos de divulgação ou documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados - SEADE e Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - EMPLASA disponibilizados pelo município de São José do Barreiro. Alguns documentos referentes ao município foram consultados na própria residência de moradores, pois não há cópias na Prefeitura ou na Câmara Municipal, o que dá a dimensão da pouca racionalidade da administração pública e sua pequena autonomia em relação à dimensão privada da vida daqueles que desempenham a função pública.

### **Governança como conceito**

Para Dallabrida (2009), em um contexto atual, a governança territorial pode ser analisada como um conjunto de iniciativas ou ações que demonstram a capacidade que uma sociedade organizada territorialmente tem para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais.

O autor ainda sugere algumas questões como: "Qual a finalidade das estruturas de governança territorial?" (Dallabrida, 2009, p.04), sendo assim a articulação com vistas ao desenvolvimento das regiões ou como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e atrativos existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida.

Outro enfoque da temática da governança é de Esteve(2009), o qual defende que a governança não é um termo qualificativo referente a um mecanismo de gestão governamental, sendo assim:

O que caracteriza a governança como modo de governar é a gestão das interdependências, gestão relacional (ou de redes). É um tipo de gestão específico que se baseia em um conjunto de técnicas e instrumentos e processos para alcançar a construção compartilhada do desenvolvimento humano em um território. (ESTEVE, 2009, p.40)

Esteve (2009, p.29) traz importantes reflexões sobre governança, o qual primeiramente a trata como uma nova arte de governar, calcada na gestão das interdependências entre os atores como seu principal instrumento de governo, dialogando com o enfoque dado por Dallabrida, para o qual a governança possibilita gerir as relações entre os atores de forma a articular a cidade e desenvolver projetos bem elaborados com apoio interinstitucional, público-privada e até mesmo o envolvimento dos cidadãos.

Outra categoria de governança é a dimensão ou a função relacional da atuação de um governo, na qual o modo de governar relacional é, além do papel principal, o responsável em estruturar as ações do governo.

A governança, portanto, vai implicar de uma forma concreta, a reestruturação global da maneira de governar de um governo local. Na governança existem as dimensões da gestão de recursos e da normativo-legal, mas estas se reestruturam à partir da priorização da função relacional do governo, isto é, da participação cidadã, da cooperação com a sociedade civil e da colaboração intergovernamental. (ESTEVE, 2009, p.37)

Com outra perspectiva, Bevir (2009) descreve governança como uma ampla crença de que o Estado depende cada vez mais de outras organizações para proteger seus intuítos e apresentar as suas políticas, nessas condições o Estado pode desempenhar pouco ou nenhum papel. Este modelo corresponde a governança corporativa em que os meios de gestão e controle das corporações empresariais é a mais discutida. Bevir (2009) também trata questões regionais em que os acordos não seguem necessariamente as regiões geográficas e assim podem consistir em acordos entre um ou mais mercados e mesmo que difusos, por esta relação de governança podem constituírem uma região, contrariando a ordem espacial.

### **Governança e o território, e como se relacionam**

Associando a governança ao desenvolvimento local e arranjos sócio-institucionais Silveira (2008, p.41) considera sinteticamente que "o termo governança pode ser entendido como o exercício do poder partilhado". O autor trabalha dois elementos chave de uma nova governança, do qual, consistem no aprofundamento da democracia na base da sociedade e na articulação em rede, em que os próprios agentes locais têm grande destaque sendo verdadeiros promotores nas dinâmicas de planejamento e gestão do desenvolvimento local. No entanto, pensando em uma sociedade globalizada e organizada em rede Silveira (2008, p.44) coloca que o processo de gestação de uma "sociedade em rede" possibilita tanto a fragmentação e segregação de territórios como a abertura de novas possibilidades de vínculo emancipatórios, no caso de constituir o território como ator e sujeito de fluxos, e desta forma, atingir a "construção assim identificada com a ideia de desenvolvimento local".

Desta maneira a formação de novas interações sociais e políticas, arreda da aprendizagem dos atores locais e institucionais em direção à gestão compartilhada e socialmente participativa, o que se correlaciona à visão neomoderna. Assim de modo que:

Mais do que instrumentalizar os agentes, é requerida uma capacitação que envolva valores, símbolos, atitudes relacionais, capacidades dialógicas e de protagonismo cooperativo. Todo o processo político de desenvolvimento territorial parece complicar-se caso não tenha como componente intrínseco (e continuado) a aprendizagem, entendida também como desconstrução-reconstrução de padrões culturais. (SILVEIRA, 2008, p.60)

O autor ainda delinea que o desenvolvimento local "deixa de ser a relação oferta-demanda e passa a ser o relacionamento entre o conjunto de capacidades e recursos que se constituem como ativos ou fatores de desenvolvimento" (SILVEIRA, 2008, p.62). O que se pode referenciar na constituição de uma relação regional que se deu por uma governança entre prefeituras e empreendedores da localidade, tal que Silveira continua demonstrando que, as relações entre o local e o extra-local entre os recursos e agentes endógenos e exógenos, como fluxos que conectam um lugar a outros lugares traduzem - mais do que uma lógica de demanda e oferta - uma lógica de cooperação e interdependência. Entra-se, portanto, em outro domínio de relações que passa sobretudo pelo reconhecimento desses novos sujeitos coletivos. (SILVEIRA, 2008, p.62)

Deste modo, tem-se a competição em escala regional, regiões com regiões e não mais entre cidades, assim com os modelos socioinstitucionais e jurídicos, como consórcios intermunicipais,

agências de desenvolvimento, comitês e conselhos de desenvolvimento local projetos são viabilizados com a articulação dessas instâncias provindos de processos de gestão compartilhada e participativa, apresentando, portanto, estes arranjos como sujeitos do planejamento.

Para designar o processo de reorganização e rearranjo dos vínculos entre as escalas geográficas o termo reescalonamento foi adotado por Brenner, de maneira que este marco relaciona-se ao reescalonamento estatal e da estatalidade. Estes discutidos por Brandão (2011a, p.116) colaboram para construção de estratégias territorializadas de desenvolvimento mais consistentes e efetivas. Assim, "essas estratégias, para sua adequada consecução exigem uma abordagem das diversas escalas espaciais que se articulam no território em que se quer promover determinado processo de desenvolvimento" (BRANDÃO, 2011a, 116).

O autor ainda argumenta sobre a estatalidade de maneira que essa deveria agir no sentido de construir ações estratégicas que permitissem suscitar estímulos dinâmicos de modo a ocasionar um acúmulo de renda e de oportunidades e um processo de conexão que apreciase a crescente variedade. Portanto, "a busca de coesão em sua diversas dimensões, deveria ser um dos princípios da construção nacional" (BRANDÃO, 2011a, 116), em contradição, a constituição do acordo federativo brasileiro marca o conservadorismo sem nunca ter valorizado a grande diversidade brasileira.

Quanto aos pactos territoriais em contextos institucionais, Brandão (2011a, 122) ressalta que a experiência internacional colabora com importantes exemplos para a discussão brasileira referente aos conflitos intergovernamentais e a territorialidade de seu Estado. Conforme descreve o autor foi na década de 1980 que estruturas descentralizadas apareceram com maior clareza em diversos países. Em relação ao movimento de descentralização e de co-responsabilidade e desistência parcial do poder que resolve às instâncias subnacionais do governo, houve significativo crescimento de arranjos horizontais, sendo que estes são desenvolvidos dentro de uma instância de intervenção. Assim, Brandão ainda refere-se aos espaços públicos e privados de modo que:

Os espaços públicos e privado perderam vários elementos de distinção. A sociabilidade estreita é um dos sintomas desta situação estrutural, que obstaculiza uma repactuação civilizatória/federativa que costurasse interesses dispersivos de uma nação em construção, cicatrizada pelo peso da história de profundas heterogeneidades estruturais (social, regional e produtiva). (BRANDÃO, 2011a, 128)

Exemplo deste movimento no Brasil é extraído do Decreto-Lei nº. 200, de 25 de Fevereiro de 1967, o qual foi um marco para o Governo Federal no que tange à descentralização administrativa, não só estimulando a criação de órgãos dentro da estrutura governamental, mas também prevendo que tal descentralização incluiria os atores privados, por meio de convênios ou contratos, conforme art. 10, §1º, alínea "b", do referido Decreto-Lei.

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:

- a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;
- b) da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;
- c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.

No Brasil o espaço público não pode ser apenas um sinalizador e facilitador do espaço privado, pois deve unir macrodecisões estratégicas que articulem e deem coerência ao desenvolvimento, sempre regulando as arenas de coordenação.

“Assim, o território deve ser tomado como palco de conflitos, pressupondo a necessária construção permanente de canais institucionais, legitimação de interlocutores e de um espaço público de reflexão, mediação, barganha, incentivo ao diálogo e à constituição coletiva de diagnósticos de problemas e meios de seu enfrentamento compartilhado.” (BRANDÃO, 2011a, 129)

Considerando o território como unidade de destaque da reprodução social onde ocorrem diversos processos e manifestações de conflitualidades, este não pode ser visto como algo uni-escalar, por isso a abordagem multiescalar possibilita demonstrar as articulações e mediações nas escalas tanto local, como regional ou nacional. Nesta visão de Brandão (2011a), completa-se que os processos de reescalonamento do Estado devem conhecer as consequências da descentralização, pois esta pode afetar as relações de poder e introduzir conflitos entre as relações de esferas governamentais e grupos aleatórios da sociedade.

Deste modo, necessita-se identificar problemas e quais as articulações correspondentes a tal problema para assim "explicitar os conflitos de interesses e construir coletivamente a contratualização das políticas públicas" (BRANDÃO, 2011a, 133).. Tal que os circuitos mercantis, sóciopolíticos à abrangência de acordo em certo território, cria uma ação coletiva, que deixa mais densa a consciência social cidadã e a legitimação política, logo "O território deve cumprir o papel de catalisador da articulação sistêmica e da integração multissetorial dos investimentos e lócus da elaboração e implementação da ação pública abrangente e estruturante" (BRANDÃO, 2011a, 133).

Assim ocorrem as articulações sistêmicas e integrações da organização territorial e social em redes, no qual, Börzel (2008, p.233) considera que as redes políticas são uma interdependência de atores públicos e privados, ressaltando sobre sistemas políticos modernos que:

A moderna governança é caracterizada por sistemas decisórios nos quais a diferenciação territorial e funcional desagregam a capacidade efetiva de solução de problemas em uma coleção de subsistemas de atores com tarefas especializadas e competência e recursos limitados (HANF; O'TOOLE Jr, 1992, *apud* BÖRZEL, 2008, p.233)<sup>1</sup>

Deste modo, para Börzel (2008, p.235-236) a moderna governança resulta da relação entre atores públicos e privados na constituição de políticas, e os governos tornam-se cada vez mais "dependentes da cooperação e mobilização conjunta de recursos de atores políticos fora do seu controle hierárquico" e assim as redes políticas insurgiram como uma nova governança.

Esta nova forma de governança na organização política e espacial pode ser observada em um circuito turístico, dada a característica própria da relação entre Estado, iniciativa privada e outras instituições sociais. Uma vez que existe verdadeiro rearranjo dos vínculos entre escalas geográficas, logo, tendo-se um reescalonamento, conforme descreve Brenner (2013)<sup>2</sup>. Esses processos com configurações escalares, em tempos recentes, são entendidas como arenas e produtos produzidos, por serem contraditos são flexíveis nas relações político-econômicas. O autor argumenta que "os conceitos escalares permanecem ferramentas essenciais para desvendar algumas

---

<sup>1</sup> K. Hanf; L.J.O'Toole Jr., Revisiting Old Friends: networks, implementation structures and the management of inter-organisation relations, em G. Jordan; K. Schubert, (eds.), *European Journal of Political Research*, 21, I-2, p. 163-180, 1992.

<sup>2</sup> Esse texto foi originalmente publicado na revista *Critical Planning*, número 16, em 2009, e foi publicado em português na revista *GEOUSP – espaço e tempo*, número 33 em 2013. Trad. Sanfelici, Daniel; Heberle, Karen.

das dimensões fundamentais das transformações urbanas contemporâneas". (BRENNER, 2013, p. 202)

Segue na próxima seção uma discussão sobre essa aplicação de governança na constituição do circuito turístico do Vale Histórico.

### A produção do Vale Histórico

O Vale Histórico, sub-região do Vale do Paraíba, formado pelos municípios de Arapeí, Areias, Bananal, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras (Imagem 1), produziu-se como resultado de política pública voltada ao desenvolvimento da região tendo por instrumento de planejamento territorial o turismo. Configurado entre 2001 e 2004, foi proposto pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo (PDTR) do Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE-SP).

Imagem 1- Localização do Vale Histórico no Vale do Paraíba.



Sobre a produção de uma região turística, ou no caso, de um circuito, é importante lembrar a discussão sobre como o turismo sustenta culturas, religiões e estruturas sociais para preservá-los e potencializá-los, mas que ao mesmo tempo pode destruir a cultura local (COOPER et al., 2001 *apud* TOMAZZONI, 2009, p.121). No caso do Vale Histórico, identificou-se que, para afirmar a região como um atrativo turístico, se impõe a imagem de uma cultura caipira rural. No entanto, a população está se desvinculando dessa cultura rural visando uma vida urbana e moderna. Esta seção apresenta como foi o processo de constituição do Vale Histórico e seus agentes envolvidos, caracteriza a região e qual é a sua atual organização.

A primeira ação que instigou o turismo local foi o Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo - PDTR, promovido pelo SEBRAE, no âmbito do incentivo à política pública voltada ao turismo, aplicado no ano de 2001 no município de Bananal. Em seguida, iniciou-se a criação de um Circuito turístico do Vale Histórico, em convênio com o SEBRAE-SP Escritório

Regional de Guaratinguetá. O Circuito, inicialmente, reuniu quinze municípios do Vale do Paraíba com o objetivo de identificar diferenciais turísticos e analisar questões de infraestrutura para o turismo (GAGLIARDI, 2011, p. 66).

No entanto, o projeto final firmou um convênio, para o biênio 2006/2008, entre o SEBRAE-SP e os municípios de Arapeí, Areias, Bananal, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras. Para o melhor desenvolvimento desses projetos, foi firmado em 2006 o Consórcio Intermunicipal do Vale Histórico, reunindo os seis municípios.

Para discutir a regionalização adota-se o posicionamento de Bevir (2009), segundo o qual os projetos regionais podem corresponder a mais do que os "acordos comerciais preferenciais soltos" (BEVIR, 2009, p.15). O projeto do Vale Histórico visa ir além de um "acordo comercial", pois reúne municípios, de baixa renda e pequena população, e projeta ações conjuntas.

Pensando numa sociedade globalizada e organizada em rede, Silveira (2008, p.44) afirma que o processo de gestação de uma "sociedade em rede" possibilita tanto fragmentar e segregar territórios, como abrir novas possibilidades de vínculo emancipatório, no caso de constituir o território como ator e sujeito de fluxos, e assim, atingir a "construção assim identificada com a ideia de desenvolvimento local", que é o que o Vale Histórico busca desde sua constituição. Mas, ainda sobre o desenvolvimento local, ressalta-se o questionamento de Silveira (2008), passível de ser aplicado ao Vale Histórico:

[...] na gestação de novas interações sociais e políticas, emerge a questão da aprendizagem dos atores locais e institucionais para a gestão compartilhada e socialmente participativa. Mais do que instrumentalizar os agentes, é requerida uma capacitação que envolva valores, símbolos, atitudes relacionais, capacidades dialógicas e de protagonismo cooperativo. Todo o processo político de desenvolvimento territorial parece complicar-se caso não tenha como componente intrínseco (e continuado) a aprendizagem, entendida também como desconstrução-reconstrução de padrões culturais. (SILVEIRA, 2008, p.60)

Pode-se dizer que o Vale Histórico é um arranjo sócio-institucional, que, segundo Silveira, se define por serem "voltados principalmente para processos integrados de desenvolvimento local (submunicipais, municipais ou intermunicipais)" (SILVEIRA, 2008, p.60).

Além do desenvolvimento integrado do turismo, busca-se a desconstrução das "cidades mortas", como foi denominado na literatura por Monteiro Lobato<sup>3</sup>, e a construção de uma região histórica, possibilitando a divulgação de um ambiente típico e próprio para o turista, e reforça um cooperativismo entre os atores gestores, que implica nos fluxos e recursos financeiros e técnicos, momento que contam com a assessoria do Sebrae-SP.

No ano de 2006 a constituição do Vale Histórico se deu por uma governança entre prefeituras e empreendedores da localidade, tal como as definições de Silveira trabalhadas na seção anterior, ao modo que o desenvolvimento local "deixa de ser a relação oferta-demanda e passa a ser o relacionamento entre o conjunto de capacidades e recursos que se constituem como ativos ou fatores de desenvolvimento" (SILVEIRA, 2008, p.62)

As ações da governança do Vale Histórico tiveram como foco estratégico desenvolver, na região, produtos turísticos culturais e artesanais que fossem atrativos; a capacitação de empresários e operacionais; manter a estrutura de recepção a turistas; a sensibilização e envolvimento das comunidades; gestão e qualidade de atividade turística, cultural e artesanal, além da estrutura de

---

<sup>3</sup> O conto Cidades Mortas foi publicado pela primeira vez em 1906, descreve as cidades do Vale do Paraíba na decadência da economia cafeeira na região, e compõe a obra homônima que reúne outros contos. LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**. – São Paulo : Globo, 2007.

promoção e comercialização. Para isso o consórcio intermunicipal foi firmado para consolidar as ações conjuntas, seguindo as orientações do Ministério do Turismo no macro projeto para a regionalização do turismo em todo o país, que em suas palavras, serviu para a

integração efetiva do município à região turística, para compor a Instância de Governança Regional. Isso permitirá, aos pequenos municípios integrados aos de médio ou grande porte, apoiar e facilitar o encaminhamento e as negociações das demandas, de modo a potencializar a sustentabilidade do desenvolvimento turístico na região. (BRASIL, Ministério do Turismo, 2007, p. 28)

Silveira (2008) esclarece que os diversos formatos sócio-institucionais e jurídicos, como consórcios intermunicipais, agências de desenvolvimento, comitês e conselhos de desenvolvimento local são passíveis de enquadramentos que levem ao funcionamento e à articulação dessas instâncias, aderindo a meios que viabilizem projetos e outras ações provindos de processos de gestão compartilhada e participativa, apresentando estes arranjos como sujeitos do planejamento.

O projeto do Vale Histórico apresenta um formato socioinstitucional, como um instrumento que visa à gestão compartilhada do desenvolvimento de uma atividade econômica na região. No entanto, essa organização prevista no projeto de construção do Vale Histórico não se efetivou, como se constatou visitando a região, os vínculos entre prefeituras se desfizeram com a primeira mudança de gestores municipais. O que hoje ainda une e divulga o Vale Histórico é uma associação comercial denominada *Associação Roteiros Caminhos da Corte*, que possui caráter comercial. Portanto, o projeto regional não se consolidou para além do arranjo comercial, sem conseguir realizar o que se quis originalmente, uma governança de poder partilhado.

Para que São José do Barreiro pudesse compor o circuito histórico, o município conferiu ênfase às fazendas cafeeiras produzindo-as como atrativos históricos. No entanto, a fazenda que possui mais visibilidade em livros e sites históricos sobre a cidade não está aberta ao público, a Fazenda Pau D'Alho, e que foi descrita por Sérgio Buarque de Holanda e registrada em desenho por Tom Maia na obra *Vale do Paraíba – Velhas Fazendas* (2010, p.62). Essa fazenda é tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Assim, o valor arquitetônico dos prédios e a produção cafeeira local, como tendo sido um dia relevante para economia nacional, compõem o imaginário local para a venda da cidade à atividade turística, com a sua refuncionalização, como é o caso dos casarios que se transformaram em hotéis e exploram o passado como atrativo.

Os empreendimentos históricos que efetivamente atraem visitantes ao município são as Fazendas Hotéis como a São Francisco, a Fazenda da Barra, a São Benedito e o Clube dos 200. O primeiro fica há 9 km do centro da cidade e foi uma das primeiras fazendas de São José do Barreiro, construída em 1813; a segunda é uma típica fazenda construída no período auge do café no Vale do Paraíba e localiza-se em Formoso; e no mesmo bairro, mas bem próximo da Vila de Formoso e às margens da Rodovia dos Tropeiros, o Clube dos 200, que foi inaugurado no final da década de 1920, marcados por fatos importantes, como encontros políticos e de artistas de grande relevância para a história, segundo seu administrador. Boa parte dos turistas que vêm às fazendas, não visita a cidade, pois visam o turismo rural e/ou histórico.

### **Considerações finais**

Buscamos primeiramente compreender que a relação do desenvolvimento territorial por meio da governança, em suas diversas características e modelos, criam contextos nos quais o território torna-se uma unidade que merece ser analisado individualmente. Os modelos de



governança veem sendo adotado pelos Estados desde a década de 1980, e são bastante diversificados, como exemplo tem se governança democrática, governança relacional e governança do bem-estar social, no entanto não foi o objetivo trabalhar cada uma destas, por isso tratou-se a governança de maneira geral, focando-se na questão da divisão de poderes na gestão do território entre o Estado e os atores privados. Portanto, pode-se salientar que a governança territorial é um conceito que pode envolver grandes relações de poder, de organização institucional e de pactos sociais entre atores e a própria base territorial, em busca da resolução de conflitos territoriais referentes ao desenvolvimento territorial.

Assim, o Vale Histórico no seu conjunto foi a forma encontrada para impulsionar um novo ciclo econômico regional no Vale do Paraíba, já que agrupa municípios que apresentam baixa atividade econômica, e reservam resíduos da época em que foi central na região em função da riqueza decorrente do café imperial, atualmente apropriado como patrimônio e vendido como atrativo turístico.

O turismo tem se transformado em um instrumento relevante de promoção de desenvolvimento econômico em diversas regiões do Brasil. Programas do plano federal fomentaram a regionalização dos destinos turísticos originando os Circuitos Turísticos. Para o desenvolvimento dos circuitos turísticos houve o apoio de agências de assessorias e o importante papel das instâncias estaduais de turismo. Deste modo, constata-se que essa organização refere-se ao reescalonamento da atividade turística com estratégias territorializadas de desenvolvimento eficaz e a um arranjo sócio-institucional voltado ao desenvolvimento local.

## **Bibliografia**

BERNARDI, Andreza. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: um estudo sobre o Circuito das Frutas e sua articulação com a Região Metropolitana de Campinas (SP)**. Pós-Graduação em Geografia - Instituto de Geociências, Universidade de Campinas. 2009. (Dissertação de Mestrado)

BEVIR, Mark. **Key concepts in governance**. London, Thousand Oaks: SAGE, 2009. p. 3-30.

BORGES, Leandro Bernardes. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: análise interdisciplinar de uma política pública em Goiás..** Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS, Universidade de Brasília -UNB, 2008. (Dissertação de Mestrado)

BÖRZEL, Tanja A. **Organizando Babel: redes de políticas públicas**. In F. Duarte, C. Quandt & Q. Souza (Eds.), O tempo das redes. São Paulo: Perspectiva. 2008. p. 217-256

BRANDÃO, Carlos Antônio. **A pactos em territórios: escalas de Abordagem e ações pelo Desenvolvimento**. Revista o&s, Belém, v.15 - n.45, p. 145 - 157, Abril/Junho - 2008. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper43.pdf>.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: trajetória e desafios para o Brasil**. In V. R. Dallabrida (Ed.), Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond. 201. pp. 115-135

BRANDÃO, Carlos Antônio. **A busca da utopia do planejamento regional**. Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba, n.120, p.11-31, jan./jun. 2011.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em 03 de janeiro de 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acessado em: 20 de janeiro de 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm). Acessado em: 30 de junho de 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Estudo da dinâmica territorial para o planejamento: Volume III - Regiões de referência**. Brasília: MP. 2008

BRASIL. Ministério do Turismo. **Conteúdo fundamental ação municipal para a regionalização do turismo**. Brasília: 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas**. Brasília: 2003.

BRENNER, Neil, JESSOP, Bob, Jones, Martin, & MacLeod, Gordon. (). **Introduction: State space in question**. In N. Brenner, B. Jessop, M. Jones & G. MacLeod (Eds.), *State/space: a reader*. Malden: Blackwell Publishers. 2003. p. 1-26

BRENNER, Neil. **A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia**. *Cadernos Metrôpole*, 12(24). 2009. p. 535-564. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5902/4253>.

BRENNER, Neil. **Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana**. Trad. Sanfelici, Daniel; Heberle, Karen. *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, N°33. 2013. p. 198-220.

BRUSADIN, Leandro Benedini. **Estudo da Avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso**. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2. sem. 2005.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES Rogério Bastos. **Constituição, Governo e Democracia no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 21, no61, 2006, pp. 41 a 62.

DALLABRIDA, Valdir R. **Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança**. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos (CODE 2011)*. Brasília, DF. 23 a 25 de Novembro de 2011 .

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: Política de desenvolvimento do turismo no Brasil**. 1ªed. São Paulo : Atlas. 2008.

EGLER, Claudio A. G. **Questão regional e a gestão do território no Brasil** In CASTRO et al. (org) *Geografia: Conceitos e Temas*. - 13ed. - Rio de Janeiro; Ed. Bertrand Brasil, 2010.

EMMENDOERFER, Luana, et al. **A formação dos circuitos turísticos mineiros: uma política pública descentralizada e democratizante?** Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica. Volume II - Número 4 - Dezembro 2007.

ESTEVE, Josep Ma Pascual. **Governança democrática: construção coletiva do desenvolvimento das cidades.** Juíz de Fora: Editora UFJF, cap. 9: A governança do bem estar social. 2009. p. 169-199.

FARIA, Sheila de Castro. **Barões do café.** São Paulo : Atual, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil.** Ed.Difusão Européia do Livro – São Paulo, 1960.

FONSECA, Paula Moreti. **Turismo e desenvolvimento no estado de são paulo: a atuação do poder público.** Escola de Comunicação e Artes. USP. São Paulo.2006 (Dissertação de mestrado)

GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa. **As cidades do meu tempo: turismo, história e patrimônio em Bananal.** - São Paulo : Annablume; Fapesp, 2011.

GONÇALVES JUNIOR. Luiz Claudio. (2008) **Tombamento: política de incentivo fiscal nos municípios paulistas do Vale do Paraíba.** – Lorena. Dissertação (Mestrado em Direito). Área de concentração: Ética e Meio Ambiente. UNISAL – SP

HALL, Peter. **A cidade do empreendimento: Virando o planejamento de ponta cabeça.** In.: Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. Trad.: Carvalho, Pérola. 2ed. São Paulo : Perspectiva, 2011.

Harvey, D. **Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio.** in D. Harvey. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. pp. 163-190.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; MAIA, Tom. **Vale do Paraíba: Velhas Fazendas** – Rio de Janeiro: José Olympio,2010.

JORGE, Rogério **O papel do território como estratégia de desenvolvimento das regiões rurais.** Revista Ciências Administrativas, v. 9, n. 2. Universidade de Fortaleza - CE, 2003.

LENHART, Norton Luiz; CAVALHERO, Lirian Sousa Soares. **Comentários à Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008) e proposições legais para o incremento do turismo no país.** 2. ed. Brasília: Confederação Nacional do Comércio, 2009.

LOBATO, Monteiro. **Cidades Mortas.** – São Paulo : Globo, 2007.

MÜLLER, Dalila, et al. **O despertar do turismo no Brasil: A década de 1970.** Book of proceedings Vol. I – International Conference on Tourism & Management Studies – Algarve, 2011.

MÜLLER, Nice Lecocq. **O fato urbano na bacia do Rio Paraíba estado de São Paulo.** Rio de Janeiro : Fundação IBGE, 1969.

PAES, Maria Tereza D. **Apresentação.** In: PAES, Maria Tereza D. (Org.); OLIVEIRA, Melissa Ramos da S. (Org.) Geografia, turismo e patrimônio cultural. São Paulo : Annablume, 2010.

PECCIOLO FILHO, Nilton Henrique. **A questão do turismo no programa de desenvolvimento do turismo receptivo do SEBRAE-SP.** Revista Global Tourism. Disponível em: <http://periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/PDTR%20e%20Hospitalidade.pdf> . Último acesso em: 30 de janeiro de 2014.

SÃO JOSÉ DO BARREIRO, Prefeitura Municipal. **A cidade.** Disponível em: <http://www.saojosedobarreiro.sp.gov.br/cidade.php> Acessado em: 05 de janeiro de 2013.

SÃO PAULO (ESTADO) **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. - EMPLASA. Região do Vale do Paraíba.** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Metropolitano, 2011. Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/ValeParaiba/inicio1.html>. Acessado em: 05 de setembro de 2012.

SÃO PAULO (ESTADO) **Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados**, 2012. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/>. Acessado em: 15 de abril de 2013

SÃO PAULO (ESTADO). **Circuitos turísticos.** - São Paulo : Secretaria de Turismo, 2014. Disponível em: <http://www.turismo.sp.gov.br/regioes/circuitos-turisticos.html> . Acessado em: 30 de janeiro de 2014.

SÃO PAULO (ESTADO). **Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico.** Busca de Bens Tombados. Secretaria da Cultura, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.8fc0ff23d63c442aaacf3010e2308ca0/?vgnextoid=662b7d2fbae72210VgnVCM1000002e03c80aRCRD>. Acessado em: 05 de setembro de 2011.

SÃO PAULO (ESTADO). **Departamento de Apoio ao Desenvolvimento de Estâncias.** - São Paulo : Secretaria de Turismo. 2014 Disponível em: <http://www.turismo.sp.gov.br/dade/o-que-e-o-dade.html>. Acessado em: 30 de janeiro de 2014.

SÃO PAULO. Constituição (1989). **Constituição do Estado de São Paulo: promulgada em 5 de outubro de 1989.** Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>. Acessado em: 20 de janeiro de 2014.

SILVEIRA, Caio. (2008). Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In L. Dowbor & M. Pochmann (Eds.), Políticas para o desenvolvimento local (pp. 41-65). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SILVEIRA, Caio. **Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança.** In L. Dowbor & M. Pochmann (Eds.), Políticas para o desenvolvimento local (pp. 41-65). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SOBRINHO, Alves Mota. **A civilização do café (1820 – 1920)** - São Paulo: Ed. Brasiliense, 2ªed. 2001.

TOMAZZONI, Edegar Luis. Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores. Caxias do Sul, RS: Educs, 2009.

TRENTIN, Fábila; FRATUCCI, Aguinaldo César. **Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização.** in Book Of Proceedings Vol. I – International Conference On Tourism & Management Studies – Algarve. 2011.